

PROCESSO: 072.000.313/2017

INTERESSADO: CENTRER/EMATER-DF

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo – Gêneros alimentícios

À COAFI,

Senhor Coordenador;

Trata o presente processo da Aquisição de material de consumo – Gêneros Alimentícios, conforme Pedido de Compras nº 013/2017 - CENTRER, folha 02 a 04 dos autos, a fim de atender as necessidades da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF.

Destarte, enumeramos abaixo os procedimentos executados por esta Gerência inerentes a fase de instrução do processo de dispensa:

1) Da especificação do Objeto

No item 3.1 do Projeto básico consta a especificação do objeto que é a aquisição de gêneros alimentícios.

2) Da Justificativa da necessidade da contratação

Justificativa demonstrada no Pedido de Compras, folha 02 a 04, e ratificada no Projeto básico, item 2.

3) Do local da entrega

Consta no item 4.1 do Projeto básico o local de entrega, CENTRER, localizado no Instituto Federal de Brasília – Unidade Agrotécnica de Planaltina – Rodovia DF 128, Km 21 – Zona Rural Campos Planaltina, CEP: 73.380-900, Localidade: Planaltina-DF.

4) Da dispensa de licitação

Sugere-se que a pretensa aquisição seja feita por meio da contratação direta, por dispensa de licitação, por força dos incisos II do art. 24 da Lei 8.666 de 1993.

O inciso II, art. 24 com cópia do parágrafo 1º da Lei 8.666 de 1993, informa que, *in verbis*:

“II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

(.....)

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.”

O objeto a ser contratado pela EMATER-DF atende ao inciso II, acima citado, conforme oferta das empresas vencedoras, que encaminhou proposta comercial, totalizando um valor de **R\$ 11.018,06 (onze mil, dezoito reais e seis centavos)**, sendo que o limite legal é de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e que este limite para o elemento de despesa 33.90.30 (Aquisição de Material de Consumo), não foi totalmente utilizado no presente exercício.

Diante do exposto, **declaro que não há fracionamento ou parcelamento de compras para este elemento de despesa e grupo e que não consta Ata de Registro de Preços vigente no âmbito do Distrito Federal em que a EMATER – DF seja participante.**

5) Da Cotação Eletrônica

Em pesquisa de preços públicos, elaborou-se a planilha de pesquisa de preço, dando abertura a Cotação Eletrônica nº 013/2017.

Foram recebidos lances de várias empresas, e quando no resultado final, cancelou-se o item 60 (Fruta in natura, tipo manga, espécie tommy atkin), por estar com sua unidade de fornecimento incorreto.

Após análise e comprovação dos documentos necessários para a contratação realizou-se a adjudicação das empresas vencedoras da presente cotação, como segue; **MAM RIBEIRO COMÉRCIO DE ALIMENTOS – ME**, R\$ 6.943,37(seis mil e novecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), **COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI – EPP**, R\$ 2.544,47(dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), **GIULIANO BATISTA DE OLIVEIRA**, R\$ 1.304,22(um mil trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos) e **ALVARENGA COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO EIRELI – ME**, R\$ 226,00(duzentos e vinte e seis reais), por ofertaram a menor proposta.

Cabe ressaltar que o sistema de Cotação Eletrônica encontra amparo na legislação local, pois o decreto distrital nº 36.519, de 28 de maio de 2015, em seu art. 5º, capítulo II, aduz que, *in verbis*:

“Art. 5º A Subsecretaria de Logística da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização editar a Instrução Normativa para regulamentar a Intenção de Registro de Preços – IRP e a utilização do módulo de cotação eletrônica, em até 30 dias.”

O mesmo decreto dá a definição de Cotação Eletrônica em seu inciso XII, art. 2º do referido decreto, *in verbis*:

Cotação Eletrônica: procedimento realizado em sistema eletrônico de licitações do Governo Federal que permite a

cotação de item com fornecedores nacionais registrados em cadastro de sistema informatizado, para dispensa de licitação

Dentre as vantagens do sistema de Cotação Eletrônica é a sua amplitude uma vez que o órgão cadastra os itens que deseja adquirir e o sistema comunica as empresas interessadas em participar da cotação, mantendo o princípio da impessoalidade, pois o órgão não tem informações no momento da cotação de quais são as empresas que estão participando e para quais empresas o sistema distribui a cotação eletrônica.

Destaca-se, também, o princípio da publicidade, tendo em vista que a cotação é divulgada no COMPRASNET e tem amplitude a nível nacional, proporcionando mais competitividade ao atrair mais empresas. Portanto, é da opinião da Gerência de Compras, Material e Patrimônio (GEMAP) o uso do sistema para aquisição de material para EMATER-DF, conforme justificativas explanadas acima.

O Relatório de Classificação de Fornecedores e a adjudicação às empresas vencedora da Cotação Eletrônica nº 013/2017 – EMATER–DF segue à folha 144 a 161 dos autos.

Nos autos consta também a Dotação Orçamentária, conforme LOA 2017, folhas 61 dos autos, elemento de despesa 33.90.30, fonte de recursos 220, programa de trabalho 20.606.6207.2173.0002, conforme preceitua a lei 8.666/93, art. 14, onde informa que:

“Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.”

6) Dos documentos de Habilitação

Informamos abaixo a página dos documentos exigidos pela lei 8.666 de 1993, art. 27 para habilitação das empresas vencedoras:

“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

DOCUMENTOS	COMERCIAL MINAS BRÁSILIA EIRELI	MAM RIBEIRO COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME	GIULIANO BATISTA DE OLIVEIRA	ALVARENGA COM.SERV. REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME
<i>I - habilitação jurídica</i>	68 a 71	84/85	105 a 108	121 a 126
<i>II - qualificação técnica</i>	74	86 a 90	109 a 111	133
<i>III - qualificação econômico-financeira/certidão de falência e SICAF</i>	72/73 e 75/76	91/92 e 98 a 100	105 a 108	

<i>IV – regularidade fiscal e trabalhista</i>	77 a 80	93 a 97	112 a 118	127 a 132 e 134 a 141
<i>V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal.” – Declaração não emprega menor</i>	81	101	119	142
<i>VI – proposta de preço</i>	82/83	102 a 104	120	143

7) Do Projeto Básico

O presente Projeto Básico, folhas 63 a 67, foi elaborado pela Gerência de Compras, Material e Patrimônio (GEMAP), com revisão do requisitante, com obrigações para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE.

8) Da autorização e demais procedimentos

Com base nos elementos descritos acima, solicitamos que o processo seja encaminhado ao Ordenador de despesa (PRESI) para aprovação do Projeto Básico e avaliação da oportunidade e conveniência quanto à homologação do objeto as empresas vencedoras, com vistas a Assessoria Jurídica (ASJUR) para emissão de parecer nos termos do art. 38, inciso VI, parágrafo único da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Posteriormente, caso os procedimentos sejam aprovados no parecer da jurídica e não haja nenhuma pendência, deverá o Ordenador de Despesa (Presidente da EMATER-DF) acessar o sistema de compras do Governo Federal (COMPRASNET) com chave de acesso e senha própria para realizar a devida homologação, tendo em vista que a HOMOLOGAÇÃO é o ato administrativo que ratifica todo o procedimento de compras e confere validade aos atos praticados para que estes produzam efeitos jurídicos necessários, sendo ato intransferível e indelegável, cabendo exclusivamente à autoridade competente para esse fim.

Brasília, de agosto de 2017.

LÍVIA VERÍSSIMO MAGALHÃES

Gerente de Compras, Material e Patrimônio
substituto

À Presidência,

Para conhecimento e providências que julgar pertinente.

Brasília-DF, de agosto de 2017.

ADALBERTO TADEU DE ARAÚJO

Coordenador de Administração e Finanças